

REJEITANDO A GUERRA: NORBERTO BOBBIO E A OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA

REJECTING WAR: NORBERTO BOBBIO AND THE OBJECTION OF CONSCIENCE

Keberson Bresolin¹

Edirlei Leandro Boldt Lourenço²

Resumo:

Neste artigo, abordaremos a questão da objeção de consciência à guerra segundo a perspectiva de Bobbio. A primeira seção do artigo trata das guerras, na qual Bobbio analisará, ao longo da história, as reflexões sobre os danos que elas causaram à humanidade. Destacamos especialmente a crescente ameaça das guerras termonucleares, uma vez que podem aniquilar a vida. Na segunda seção, exploraremos o conceito de objeção de consciência de Bobbio. Diante da possibilidade de uma guerra atômica, ele argumenta que todos devem adotar a postura de objetores de consciência em relação a qualquer tipo de guerra, incluindo a guerra de legítima defesa. Em seguida, procederemos à análise e crítica dos argumentos que justificam a guerra. Ao longo da história, diversos argumentos têm sido utilizados na tentativa de legitimar a violência e seus efeitos desumanos, como a concepção da guerra como um mal necessário, a distinção entre guerras justas e injustas, a guerra como mal menor e um fenômeno inevitável. Finalizaremos o artigo com algumas considerações críticas sobre a concepção de objeção de consciência de Bobbio, demonstrando que sua perspectiva idealista oferece apenas uma solução parcial para o complexo problema da guerra.

Palavras-chave: Guerras; Consciência Atômica; Objeção de Consciência.

Abstract:

In this essay, we shall delve into the question of conscientious objection to war, as viewed through the lens of Bobbio's philosophical framework. The first section of the article is devoted to examining wars, wherein Bobbio provides a historical critique of the various reflections on the human toll exacted by these conflicts. Of particular emphasis is the escalating threat of thermonuclear warfare, capable of obliterating life as we know it. In the second section, we explore Bobbio's conceptualization of conscientious objection. Faced with the looming possibility of atomic warfare, he posits that it becomes incumbent upon all individuals to adopt the stance of conscientious objectors with regard to any form of war, including wars deemed as acts of legitimate defense. Subsequently, we shall engage in an analysis and critique of the arguments that have historically been employed to justify war. Throughout history, an array of arguments has been advanced in an attempt to legitimize the violence and its dehumanizing consequences, such as the notion of war as a necessary evil, the distinction between just and unjust wars, and the perception of war as a lesser evil and an inevitable phenomenon. The article concludes with critical considerations on Bobbio's conceptualization of conscientious objection, demonstrating that his idealistic viewpoint provides only a partial resolution to the intricate problem of war.

Keywords: Wars; Atomic Consciousness; Conscientious Objection.

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia na Universidade Federal de Pelotas; keberson.bresolin@gmail.com; <http://lattes.cnpq.br/0453544073578564>, Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5773-3270>

² mestrando em Filosofia na Universidade Federal de Pelotas; leandro.universitario08@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5407368886807606>, Orcid: 0009-0000-9235-0195

Introdução

O filósofo Norberto Bobbio demonstrou em sua trajetória intelectual ser contrário a qualquer modalidade de violência, desde o desarmamento individual até as grandes guerras, como a Primeira e Segunda Guerras Mundiais. Para ser possível acabar com a guerra torna-se necessário estimular a paz nas resoluções de conflitos, ou seja, por menor que seja determinado problema, é necessário estimular as partes para conseguirem resolver os conflitos sem empregar a violência. Por mais que pareça ínfimo um conflito entre duas pessoas em face a uma guerra mundial, é de suma importância que os indivíduos saibam resolver os próprios conflitos sem a utilização de armas, uma vez que são eles, mas em coletividade, que permitem que a guerra se instale e tome proporções descontroladas.

Pensávamos que a questão do conflito atômico era uma questão já ultrapassada. Mas, o conflito na Ucrânia, o qual se arrasta por mais de um ano, trouxe novamente o fantasma do discurso atômico, da demonstração de poder atômico e da guerra atômica. Neste sentido, há a necessidade da conscientização dos indivíduos sobre o problema da guerra atômica, uma vez que, hodiernamente, caso aconteça uma Terceira Guerra Mundial, os resultados serão catastróficos para vida no planeta.

Considerando isso, buscar-se-á revisitar a questão da guerra e a relevância da objeção de consciência proposto por Bobbio. O tema da pesquisa versa sobre a relevância da objeção de consciência em face às guerras para que, em seguida, finalizar fazendo alguns apontamentos críticos à concepção de objeção de consciência de Bobbio, bem como demonstrando que, em certa medida, sua perspectiva idealista oferece apenas uma parcela de solução ao problema da guerra.

Para demonstrar o objetivo deste trabalho, a primeira sessão versa sobre o pensamento filosófico de Bobbio sobre a guerra e os perigos das bombas atômicas. Ele demonstra a contradição entre a guerra e vida, ou seja, como é possível alguém em plena faculdade cognitiva defender a paz e a vida, mas argumentar a favor de uma guerra? A segunda sessão trata da pertinência de todos os seres humanos serem objetores de consciência quando o assunto for guerra, pois ter consciência atômica sobre a catástrofe de uma Terceira Guerra Mundial permite o desenvolvimento racional de discordância sobre qualquer argumento falacioso que tente justificar uma guerra. A última sessão analisará os argumentos que Bobbio utiliza para esclarecer a falta de justificativa de uma guerra. Para tal, ele propõe quatro argumentos utilizados do decorrer da história e, em seguida, demonstra as falhas de lógica, ao perceber que as guerras foram justificadas por questões de poder pelo poder, em favor do capital e pelo egoísmo humano em desfavor da própria espécie.

Sobre a guerra

Bobbio debruçou-se sobre o tema da guerra por não acreditar que ela seja uma forma adequada de resolver os conflitos internacionais, uma vez que para o filósofo a guerra é perigosa, irracional, isso significa, agir segundo os impulsos, sem refletir sobre as consequências, segundo os próprios interesses ou desejos, etc. Além disso, ao considerarmos um escalonamento atômico, torna-se ainda mais evidente a sua potencial violência, especialmente quando relacionado às duas Guerras

Mundiais. Isso se deve ao avanço tecnológico empregado no aprimoramento dos armamentos, o qual possui o potencial de devastar a vida na Terra. Bobbio alertou em suas obras acerca do perigo das “novas guerras”, melhor dizendo, das guerras termonucleares. Ele defende que caso haja uma Terceira Guerra Mundial, ela terá o potencial de destruir qualquer tipo de vida na terra.

A guerra é uma questão existente durante toda a história da humanidade, evoluindo apenas recentemente para uma guerra de destruição total, com o surgimento e o emprego das armas atômicas, contra a qual Bobbio defenderá o princípio da paz internacional, e a inviabilidade completa da guerra (CARINHENO, 2019, p.179).

Infelizmente, as guerras fazem parte da história da humanidade. Os defensores dela, como alguns líderes políticos impulsionados pelos interesses econômicos, ideológicos e/ou fanáticos, alegam que sem elas não existe progresso. Bobbio questionará esse tipo de argumento, uma vez que o filósofo não acredita ser coerente os argumentos que defendam a guerra como meio de resolução de conflitos internacionais ou, até mesmo, os nacionais (no caso as máfias, atualmente chamadas de facções criminosas) por meio das violências.

Salienta-se que a guerra é contrária ao Regime Democrático, o qual defende o diálogo e o respeito ao dissenso além de contradizer a paz e aos Direitos Humanos. Bobbio (2003, p. 29) argumenta que a guerra “[...] impede não apenas o direito de viver, como sempre fizeram as guerras antigamente³, mas até mesmo o direito de nascer”. Nota-se que o filósofo faz uma comparação, isto é, demonstra que antes as guerras tiravam o direito dos indivíduos de viver, mas as guerras contemporâneas, ou seja, as nucleares impediriam os indivíduos de nascerem. Bobbio (2003, p.60) advoga que “nenhuma guerra do passado, por mais longa e cruel que tenha sido, colocou em perigo toda a história da humanidade”, em outros termos, “não se diz que em seguida ao desencadeamento de uma guerra termonuclear aquilo que até agora não ocorreu possa ocorrer” (BOBBIO, 2003, p.60).

Atualmente, caso venha a ocorrer qualquer espécie de ameaça de uma Terceira Guerra Mundial, deve-se refletir que, por pior que tenha sido o cenário durante e o pós-guerra das duas Guerras Mundiais, elas não tinham o potencial de extinção da vida. O avanço tecnológico permitiu produzir armas capazes destruições catastróficas no mundo inteiro, ou seja, acabar com estados, cidades ou países em questão de minutos.

Bobbio assevera que a filosofia da história, desde seu surgimento como “reflexão sistemática”, na Revolução Francesa, assumira a tarefa de justificar as guerras. Mas, questiona o filósofo italiano, como poderia haver uma tarefa de justificar os absurdos e crueldades causadas especialmente pela guerra atômica, ao invés de tentar “injustificar” a filosofia da história, ou pelo menos inverter o seu sentido, fazendo dela o processo de racionalização da guerra (CARINHENO, 2019, p.179).

A tecnologia auxiliou a construção dessas armas nucleares, em outras palavras, “a evolução dessa guerra (nuclear) ligada às tecnologias em rápido progresso e transformação veloz de um mundo político cada vez mais planetário [...] (LOSANO, 2022, p.383). A vida política está cada vez mais globalizada, sendo assim,

³ Bobbio faz referência a todas as guerras, mas, pelo contexto, presume-se que ele enfatiza a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, uma vez que viveu durante elas.

há a necessidade da criação de estratégias efetivas, como a mediação ou a conciliação, que faça com que os Estados respeitem as normas internacionais que regulamentam o modo de agir entre eles quando o assunto versar sobre interesses comuns. Bobbio alerta para questão que versa sobre os controles das guerras, isto é, das normas que as regulam, pois caso venha a se declarar uma guerra nuclear, nenhuma regra internacional será seguida.

Na verdade, a guerra atômica abalou completamente a guerra também no âmbito jurídico das regras de conduta: na guerra atômica, a arma usada em todas as características das armas proibidas pelas convenções internacionais; a declaração de guerra por parte do Estado que começa as hostilidades perdeu qualquer sentido; a conduta da guerra não faz distinção entre beligerantes e populações civis, nem os objetivos militares dos civis. “A guerra atômica é, no sentido preciso da expressão, *legibus soluta*” e “volta a ser, como na representação de Hobbes do estado de natureza, a antítese do Direito (LOSANO, 2022, p. 387).

Isso significa dizer que, quando a guerra atômica inicia, não há mais leis que tutelem os direitos fundamentais, ou melhor, nenhum direito, pois não há mais direitos. Todos os indivíduos, incluindo crianças, serão vítimas das violências e das barbáries resultadas da guerra. Por mais que as normas sejam criadas para conciliar os interesses dos Estados, quando se trata de guerras atômicas, não há eficácia jurídica, uma vez que não haverá leis para proteger a dignidade humana.

Ressalta-se que Bobbio viveu durante as duas Guerras Mundiais. Sendo assim, ele acompanhou as consequências e as tragédias derivadas da irracionalidade humana⁴ por duas vezes. Contudo, Bobbio foi atencioso ao fato das bombas nucleares, uma vez que elas oferecem perigo a todos os seres vivos, melhor dizendo, pode findar a vida no planeta. É fundamental analisar as consequências das guerras, sobretudo as vítimas, considerando que a guerra se revela implacavelmente cruel para todas as partes envolvidas. Em outras palavras, não existe uma racionalidade que possa justificar a magnitude das barbáries resultantes de um conflito armado, especialmente no caso das guerras termonucleares.

Outra consideração de significância crucial reside na temática do conformismo e na adesão passiva às ameaças intrínsecas às novas contendidas bélicas, isto é, aqueles indivíduos que não se mostram apreensivos ou que não conferem credibilidade ao potencial destrutivo das guerras nucleares acabam por negligenciar a ponderação do potencial de aniquilação em escala global que tais conflitos podem engendrar, uma vez que permanecem subjugados aos anseios e interesses individualistas e egocêntricos. Bobbio acrescenta sua opinião alegando que: “eu também creio que o único inimigo é a nossa irracionalidade. Mas será um inimigo vencível? Para vencê-lo é preciso derrotá-lo duas vezes: no momento da decisão e no momento da execução. Difícil a primeira batalha. Mais difícil ainda a segunda” (BOBBIO, 2003, p.37).

Nota-se que o filósofo frisa a preocupação pela falta de consciência atômica. Nas palavras de Bobbio (2003, p.26): “[...] “consciência atômica”, ou seja, para a conscientização da novidade absoluta da guerra nuclear em relação a todas as guerras do passado”. Segundo o autor, a guerra, em seu entendimento, não conduz a destinos construtivos, contudo, ressalva que quando se trata especificamente das guerras nucleares, estas desembocam, invariavelmente, em um único e sombrio

⁴ No sentido de não refletir sobre as consequências, mas atender aos interesses “nacionais”.

desenlace para a humanidade, a saber, a extinção da vida. Portanto, emerge como imperativo o cultivo de uma consciência aguçada, caracterizada pela reflexão profunda e uma análise crítica, acerca do potencial inerente às novas configurações de conflito, haja vista que estas possuem o potencial latente de obliterar toda forma de vida no planeta, dada a constante evolução do armamento impulsionada pelo avanço tecnológico.

Considerando que a filosofia da história sempre tratou a guerra como assunto principal em suas análises, Bobbio utiliza uma metáfora aproximativa para se referir à guerra em sua fase atômica, como “via bloqueada”, pelo que entendia uma via sem saída, a qual não leva a seu objetivo e, portanto, deve ser abandonada. Dessa forma, quando a via bloqueada é abandonada, um novo caminho começa no ponto onde o antigo foi abandonado, ou, pelo menos, seria a resposta do historicismo para justificar o que acontece depois que uma via bloqueada é abandonada (CARINHENO, 2019, p. 179-180).

O filósofo considera a guerra como uma via bloqueada, ou seja, “por via bloqueada entendo uma via sem saída, que não leva à meta proposta e como tal deve ser abandonada” (BOBBIO, 2003, p.53). Melhor dizendo, nas próprias palavras de Bobbio (2003, p.26) “[...] eu pensava que se poderia finalmente considerar a guerra uma via bloqueada ou sem saída, a qual os homens teriam finalmente compreendido que não levava a lugar algum”. Não há justificativa que explique o sentido cruel e desumano de uma guerra, senão a violência, sendo assim a guerra não tem nenhuma justificativa racional no sentido de controlar os próprios impulsos, desejos e emoções antes de agir.

Mas será que podemos realmente comparar a guerra termonuclear com as guerras do passado? Creio que se deva dar uma resposta negativa a essa pergunta. Mas, para dá-la, não tenho nenhuma intenção de recorrer ao argumento do horror. As guerras sempre foram horrendas, e consideradas assim pelos contemporâneos. A fantasia humana tem limites também na imaginação do horrendo, Voltaire não tinha diante dos olhos o espetáculo de Hiroshima quando, para suscitar repulsa contra a guerra, descrevia o quadro daqueles a quem “meia libra de chumbo atirada de mil passos despedaça o corpo e morre aos vinte anos entre tormentos horríveis em meio a cinco ou seis mil moribundos, enquanto seus olhos, abrindo-se pela última vez, veem a cidade onde nasceu destruída a ferro e fogo e os últimos sons que ouvem seus ouvidos são os gemidos das mulheres e das crianças que expiaram sob os escombros. O horror é o argumento dos que são fustigados pelos “minimizadores”, pelos “realistas”, por aqueles que conseguem manter o sangue frio, como “apocalípticos” (BOBBIO, 2003, p.59)

Não há necessidade de viver uma guerra para ser contrário a ela. Bobbio esclarece essa afirmação da seguinte forma: Voltaire não precisou viver o momento em que lançaram a bomba em Hiroshima para ter repulsa aos horrores que foram os resultados, isto é, milhares de pessoas mortas, cidades destruídas, crianças, idosos e mulheres sob os escombros. Voltaire tinha consciência dos resultados cruéis e desumanos das guerras, mesmo sem ter vivido em meio de uma Guerra Mundial. É essa consciência que os indivíduos precisam desenvolver, ou seja, conscientizarem dos danos irreparáveis que as guerras causam, bem como das mortes de pessoas inocentes.

À vista disso, para aqueles que não aceitam, ou resistem em aceitar o equilíbrio do terror, não há outra forma, segundo Bobbio, do que tornarem-se aqueles os

quais ele chamou de detentores de uma “consciência atômica”. Assim, ter uma consciência atômica expressa dar-se conta de que a paz não é um processo inevitável, mas sim uma conquista, que, da mesma forma que foi conquistada, também pode ser perdida. Essa colocação condiz com a queda das concepções necessárias à história e se insere em um panorama dos possíveis (CARINHENO, 2019, p.182).

Possivelmente, devido à sua experiência pessoal durante períodos de guerra e instabilidade, Bobbio manifesta um certo ceticismo em relação à paz, ao afirmar que ela se configura como um intervalo efêmero situado entre dois episódios bélicos, assemelhando-se a um mero armistício. Nesse contexto, a paz se revela susceptível a ser interrompida a qualquer momento, potencialmente cedendo espaço a um novo conflito. Contudo, é crucial destacar que na contemporaneidade, a guerra detém o potencial de aniquilar a vida na Terra, principalmente em virtude do emprego de armas termonucleares. É notável a preocupação de Bobbio em relação a um conflito com dimensões que permitam a eclosão de um conflito atômico. Com efeito, após a Segunda Guerra Mundial e o término da Guerra Fria, observou-se a emergência de conflitos armados em diversas partes do globo, entretanto, não se antevia que um novo confronto, leia-se, a guerra na Ucrânia, ressuscitaria o espectro da ameaça nuclear.

[...] a) a guerra tornou-se hoje tão terrível e catastrófica para ambos os condenadores que, como meio para resolver as grandes controvérsias internacionais, ela é inútil e portanto destinada a desaparecer (deixando de lado por ora o problema das guerras com armas tradicionais que, todavia, não estaria em condições de resolver as grandes controvérsias internacionais); b) a guerra termonuclear, por suas consequências terríficas, pela ameaça que traz consigo de autodestruição da espécie humana, e de qualquer modo, até para os mais otimistas, da aniquilação de centenas de milhões de vítimas, inconscientes e inocentes, em relação aos valores humanos mais comumente aceitos é condenável e portanto é necessário fazer todo o esforço para encontrar os remédios adequados para eliminá-la para sempre (BOBBIO, 2003, p.57)

As Primeira e Segunda Guerras Mundiais, por mais devastadoras que tenham sido, não podem ser equiparadas às iminentes Guerras Mundiais que se perfilam no horizonte, dado o progresso tecnológico que amplia o escopo de armamentos a serem empregados. Nas confrontações nucleares, não apenas as armas convencionais, mas também dispositivos de destruição massiva entram em jogo, introduzindo uma dinâmica singular. Isso ocorre porque, embora as guerras nucleares possam prometer vantagens estratégicas para os beligerantes em termos de possível vitória, ao mesmo tempo, elas ameaçam a própria continuidade da vida humana, devido à possibilidade latente de autodestruição da espécie. As vítimas desse cataclismo seriam tanto aquelas que se encontravam *inconscientes*, isto é, indivíduos que não ponderaram sobre o potencial destrutivo das guerras nucleares, quanto os *inocentes*, representados por crianças e idosos. A proposta de Bobbio é a criação de uma consciência atômica, em outras palavras, “ter uma consciência atômica significa dar-se por conta de que a paz não é um processo inelutável, mas uma conquista (e como conquistas, uma vez conquistada, pode também ser perdida)” (BOBBIO, 2023, p.75).

Impera a necessidade premente de induzir os indivíduos a contemplar as contendas pretéritas, cujas lamentáveis consequências reclamaram a vida de incontáveis seres humanos e legaram um indelével e doloroso capítulo à história da humanidade. Este imperativo visa incitar a imaginação e, por conseguinte, inculcar

uma profunda consciência acerca da gravidade inerente a um conflito nuclear de proporções devastadoras. A realização desse propósito demanda o exercício de uma perspicaz construção historiográfica, permeada pela reflexão crítica, com especial ênfase nas intrincadas narrativas das duas Guerras Mundiais, visando catalisar o desenvolvimento de uma consciência atômica aguçada.

Fomentar a consciência atômica pressupõe uma investigação minuciosa dos registros históricos, culminando em uma reflexão profunda acerca das crueldades perpetuadas ao longo dos variados conflitos que permearam a narrativa histórica. No contexto da atual guerra entre Ucrânia e Rússia, emerge a oportunidade de examinar e ponderar sobre as famílias que se veem separadas em virtude da convocação compulsória dos homens para servirem às fileiras militares em defesa da pátria, privados do direito de deliberar quanto à sua participação no conflito, tal como os objetores de consciência, que são impedidos de manifestar sua discordância.

Da objeção de consciência

Bobbio sugeriu a objeção de consciência em face de qualquer modalidade de violência, com destaque para guerra atômica. Caso os indivíduos não desenvolvam de forma reflexiva a consciência atômica e, por conseguinte, se tornarem objetores de consciência, o fim da humanidade será iminente.

“Parto da definição mais geral: objeção de consciência é aquela que refuta incondicionalmente a guerra. Atente-se: incondicionalmente, isto é, sem condições. Em outras palavras: é aquele que não aceita nenhuma das tentativas feitas para justificar a guerra” (BOBBIO, 1961, p.175). Ou seja, não há justificativas que possam explicar a violência da guerra, ainda mais quando se trata de uma guerra atômica, na qual a espécie humana pode ser exterminada. Explicações acerca da existência da guerra sempre haverá, mas são argumentos falaciosos que tentam justificar os desejos e impulsos irracionais dos seres humanos que têm poder para declarar uma guerra. Bobbio não quer dizer que não existam explicações sobre as guerras, mas as que existem não são plausíveis e não justificam tamanha violência.

Mas reflitamos: objeção de consciência significa a recusa a portar armas, ora, quando, no conceito de arma, entra uma bomba que, como se lê nos jornais, tem sozinha o poder explosivo de metade de todas as bombas lançadas na última guerra, eu me pergunto, se portar armas não tenha se tornado um problema de consciência não apenas para o objetor que protesta em nome de sua fé religiosa, mas também para cada um de nós, em nome da humanidade (BOBBIO, 1961, p.179).

Em outras palavras, a condição de ser um objetor de consciência transcende qualquer vínculo com crenças religiosas ou nuances culturais. A objeção de consciência se erige como um princípio que vai além de quaisquer considerações de ordem moral ou cultural, na medida em que atesta a paz e a preservação da existência como valores inalienáveis da humanidade. O filósofo se apresenta como um fervoroso advogado da vida, argumentando que não é necessário possuir convicções religiosas arraigadas ou princípios morais inflexíveis para opor-se à guerra. É suficiente cultivar uma consciência atômica, o que, por decorrência natural, implica adotar a postura de objetor de consciência. Aceitar a guerra,

conforme sustentado, equivale a sancionar não apenas as injustiças, mas também todo o espectro de violência que possa vir a existir.

Objeção de consciência significa literalmente aquela situação em que a nossa consciência nos impede, com seu imperativo, de cometer uma injustiça. Se interrogamos a nossa consciência, não podemos mais nos recusar a reconhecer que hoje – e é esta, portanto, a conclusão à qual eu queria chegar – somos todos, ao menos em potencial, objetores (BOBBIO, 1961, p.180).

A objeção de consciência assume uma posição central como mecanismo essencial na prevenção da materialização de condutas intrinsecamente injustas, isto é, caracterizadas pela violência e pela destruição em relação à própria humanidade. É suficiente possuir uma consciência plena das vastas extensões de destruição e violência que as guerras já perpetraram e que se encontram meticulosamente documentadas na história para adotar a condição de objetor de consciência. Entretanto, essa objeção se torna ainda mais premente na contemporaneidade, dado que o arsenal bélico incorporou avanços tecnológicos, especificamente nas guerras atômicas. Isso implica que tais conflitos têm o potencial de causar uma magnitude de destruição e vítimas consideravelmente superior àquela testemunhada em épocas passadas. Nesse contexto, a objeção de consciência emerge como um dever moral inelutável para todos, em vista da preservação e do respeito à continuidade da humanidade.

A análise da objeção de consciência revela uma complexidade filosófica que ultrapassa a simples rejeição da violência ou da guerra. No contexto da guerra atômica, este conceito assume uma dimensão ontológica, moral e epistemológica que merece um exame profundo. Primeiramente, a objeção de consciência não se limita a uma oposição moral à guerra. É, antes, uma manifestação da consciência humana na sua forma mais fundamental e universal. Não se trata de uma objeção isolada e individual, mas de uma crítica à própria condição da humanidade no mundo contemporâneo, caracterizado pela possibilidade da destruição total através da tecnologia atômica.

A guerra atômica, em sua ameaça de aniquilação, torna-se o símbolo máximo da falência da razão e da moralidade humanas. A consciência atômica é a *consciência* dessa falência. É a percepção aguda de que a humanidade chegou a um ponto onde a própria existência está em jogo. Não é simplesmente uma questão *moral* humanista, mas uma questão *ontológica* de ser. A objeção de consciência, nesse contexto, não é um ato, mas uma condição. É a condição de ser humano em um mundo onde a humanidade pode ser destruída. É a condição de existir em um mundo onde a existência pode ser negada.

A objeção de consciência, portanto, não constitui apenas uma opção individual de se abster de participar de um conflito específico, mas representa uma escolha de abraçar a humanidade em sua plenitude. Ela transcende o âmbito da decisão pessoal e assume o caráter de um chamado a ser verdadeiramente humano em um mundo que desafia a própria essência da humanidade. Trata-se de um apelo para reconhecer e afirmar a dignidade e o valor intrínsecos à vida humana como um todo, em contraposição às forças que ameaçam sua existência e integridade. A objeção de consciência de Bobbio, assim entendida, é um desafio existencial e epistemológico. É um desafio à própria compreensão da humanidade sobre si mesma e sobre o mundo em que vive. É um desafio a pensar profundamente sobre o que significa ser humano, e a agir de acordo com essa compreensão. Em suma, a

objeção de consciência de Bobbio é uma expressão profunda da humanidade em sua condição mais fundamental. É exortação à consciência, à razão e à moralidade humanas, e um desafio a viver de acordo com esses princípios em um mundo que constantemente os desafia. É uma resposta filosófica e ética à ameaça da aniquilação, e um chamado a afirmar a vida e a dignidade humanas em face dessa ameaça.

Os argumentos de Bobbio contrários à justificativa da guerra

O filósofo tratará acerca da inconsistência dos argumentos que, durante a história da humanidade, tentaram justificar os motivos da guerra existir. Nas palavras de Bobbio (2023, p. 76) “Com relação ao modo como a guerra foi justificada (injustificada), podemos distinguir três grupos de teoria: 1. As que tendem a justificar *todas as guerras*; 2. As que tendem a *não justificar nenhuma*; 3. As intermediárias, que aprovam *algumas e condenam outras*.” Em outros termos, “para as primeiras, as guerras são no limite *todas justas*; para as segundas, *todas injustas*; para as últimas, *há guerras justas e guerras injustas*” (BOBBIO, 2003, p.76). Ao demonstrar que a história sempre tentou justificar de alguma forma a existência das guerras, Bobbio procurou demonstrar que as guerras são injustificáveis, ou seja, não há plausibilidade em nenhum argumento, pois, elas são em si mesmas um mal absoluto.

Em 4 de dezembro de 1961, Bobbio publicou um pequeno artigo intitulado *Não Matar*, no qual demonstra algumas justificativas acerca da guerra. No total, ele apresentou quatro argumentos e, logo após, contra-argumentos (que serão explorados mais abaixo). O filósofo alega que “depois de mostrar a insustentabilidade das tradicionais justificações da guerra – a guerra justa, a guerra como mal menor, a guerra como mal necessário, a guerra como bem – ante a ameaça da guerra atômica [...]” (BOBBIO, 2003, p.42), os indivíduos estarão aptos a refletirem de forma crítica acerca de suas incoerências e criarão consciência ao ponto de se tornarem objetores a respeito das guerras.

Conforme anteriormente mencionado, a guerra tem sido uma constante na trajetória histórica da humanidade, fato que, por si só, não constitui um fundamento justificável para a ocorrência de futuros conflitos. Nesse sentido, Bobbio convoca à reflexão sobre essas temáticas, visto que ninguém possui a prerrogativa de prever com certeza quando uma nova guerra pode ser deflagrada.

Observemos a história, a história da nossa civilização cristã, iluminista, humanitária. Sempre justificamos a guerra. Moralistas, filósofos, teólogos entraram em disputa formulando teorias para justificar a guerra. E a guerra, até agora, sempre existiu. Nós a justificamos exatamente porque ela sempre existiu. E, de resto, como é possível resistir à tentação de dar uma justificativa àquilo que é um elemento constitutivo, essencial, da nossa história? Uma vez que parte da história é história de guerras, se nós não conseguíssemos justificá-la, a história nos pareceria um imenso erro ou uma absurda loucura. Para não ter de acreditar que a história humana é uma história equivocada ou absurda, filósofos, moralistas e teólogos precisam justificar a guerra (BOBBIO, 1961, p.175-176)

Conforme observado, as guerras têm sido uma constante na história da humanidade, e, paralelamente, as justificativas para a sua ocorrência têm sido articuladas ao longo dos tempos. Contudo, é importante ressaltar que atribuir uma possível justificativa à existência de uma guerra não implica, por si só, conferir-lhe uma legitimidade inquestionável. Pelo contrário, tal ato pode criar a ilusão de que o

conflito é o caminho correto, justo, racional e, de alguma forma, legal, quando, na realidade, é imperativo realizar uma análise crítica das razões que embasam a guerra. A mera presença de justificativas não elimina a necessidade de um escrutínio rigoroso e ético das ações bélicas, à luz dos princípios e valores fundamentais que regem a convivência humana.

Assim sendo, na perspectiva de Bobbio, a trajetória histórica da humanidade é caracterizada por equívocos e absurdos, em virtude da propensão dos Estados em resolver suas divergências por meio da violência. Em outras palavras, Bobbio argumenta que poderiam ter sido encontradas alternativas, como o diálogo e a diplomacia, para solucionar conflitos, sem a necessidade de recorrer à guerra. É relevante destacar que Bobbio empreendeu esforços intelectuais para refletir sobre a concepção de uma história desprovida de conflitos armados, contudo, ao mesmo tempo, reconhece a impossibilidade de se determinar com certeza como teria se desenrolado a história humana na ausência desses conflitos, uma vez que estes têm sido uma constante ao longo do tempo.

Primeiramente com a distinção, aceita durante séculos pela teoria do direito internacional, entre guerras justas e injustas. Diz-se: nem todas as guerras são iguais; há guerras e guerras. Algumas guerras são um mal, outras não são. São um mal, por exemplo, apenas as guerras de conquista, não as guerras de defesa (BOBBIO, 1961, p.176).

Em contra-argumento ao excerto acima, no qual a guerra foi justificada como sendo um meio termo entre serem justas e injustas ou de defesa, Bobbio aponta que:

Primeiro: para o objetor de consciência não há guerras justas e injustas. E guerra de defesa? Também a guerra de defesa é violência. E depois, quem tem o direito de distinguir a guerra ofensiva da guerra defensiva? Existe um inocente na história na história das relações entre os Estados? Quem foi o primeiro culpado? Quem será o último inocente? Ou não será verdade que a férrea corrente de guerras, em que consiste a nossa história, torna impossível remontar à primeira raiz do mal? E então não será preciso quebrar a corrente? Mas para quebra-la também é preciso que alguém comece. O objetivo de consciência é aquele que diz: eu começo, aconteça o que acontecer (BOBBIO, 1961, p.177).

Bobbio defende a ideia utópica para o pensamento contemporâneo, que uma das partes conflitantes terá que ter a iniciativa de não responder a guerra por mais que esteja em legítima defesa, ou seja, independentemente do resultado. Essa tentativa de argumentar que existem guerras justa e injusta é fraca, uma vez que a violência é inexplicável, pois tanto quem começa a guerra como aquele que dá seguimento, em legítima defesa, estão praticando condutas violentas e acabam em um círculo vicioso de ego para ser vencedor.

É fundamental reiterar que a guerra é intrinsecamente um mal em si mesma, ou seja, um mal absoluto que não pode ser justificado por meio de uma explicação racional. Isso significa que qualquer forma de guerra é inerentemente negativa, devido às inúmeras formas de violência e sofrimento que dela emanam. Não há ganho político, territorial ou econômico que possa ser equacionado em termos de valor com as vidas humanas perdidas em um conflito armado. A vida humana, conforme destacado, não pode ser objeto de ponderação em relação a quaisquer outros interesses ou benefícios que uma guerra possa eventualmente trazer.

Neste sentido, Bobbio questiona quem tem o direito de fazer a distinção entre uma guerra ofensiva e uma guerra defensiva. Ele coloca em dúvida a ideia de que

existe um "inocente" na história das relações entre Estados, sugerindo que a complexidade das interações entre nações torna difícil determinar quem foi o primeiro culpado em um conflito e quem será o último inocente.

De acordo com a perspectiva de Bobbio, ele não concede legitimidade à guerra em situações de autodefesa diante de uma ameaça ou ataque. Para ele, quando um conflito armado tem início, todo o sistema de acordos e normas internacionais se deteriora, criando um ambiente em que não há mais regras a serem seguidas, e a busca pela vitória a qualquer custo prevalece. Nesse cenário, estabelece-se um estado de natureza, onde a competição brutal domina. No contexto do conflito entre a Ucrânia e a Rússia, mesmo que a Ucrânia tenha sido a parte agredida inicialmente, Bobbio argumentaria que uma das partes eventualmente terá que ceder para encerrar o conflito. Caso contrário, ambas as partes continuarão a legitimar a violência e, por conseguinte, negligenciarão a proteção das vidas civis em busca da vitória, o que, na visão de Bobbio, é um grave desvio da moralidade e dos princípios humanitários. Para quebrar essa cadeia, alguém deve dar o primeiro passo.

Segunda justificativa: a guerra é um mal menor. Todas as guerras são um mal, mas podem existir males piores que a guerra: a perda da liberdade, da honra nacional, da fé ancestral. Estamos aqui diante de um conflito de valores. A guerra representa apenas a negação de um valor, o valor da paz. Mas paz é um valor supremo? Não há outros valores mais altos que do que a paz? A liberdade, a justiça, a honra, a religião? (BOBBIO, 1961, p.176)

Para o contra-argumento a segunda justificativa, Bobbio afirma que a guerra é abordada de maneira inequivocamente negativa, sendo categoricamente considerada não como um "mal menor", mas como uma manifestação intrínseca do mal. Bobbio sustenta que a prática bélica é inaceitável em sua totalidade, independentemente de suas justificativas circunstanciais, uma vez que ela é intrinsecamente associada à geração de males decorrentes da violência. O filósofo argumenta que a paz, em contraposição, é a pedra angular que possibilita o florescimento de todos os demais valores humanos, tornando-a inegociável em termos de sua importância intrínseca. Essa abordagem pacifista de Bobbio destaca a incompatibilidade fundamental entre a guerra e o princípio ético da preservação da paz, ecoando com aqueles que defendem a busca incansável por alternativas não violentas na resolução de conflitos, em consonância com um compromisso ético com a paz como um imperativo inalienável nas relações humanas e internacionais (BOBBIO, 1961, p.177-178).

De fato, a guerra não é um dos menores problemas em comparação com a questão da liberdade, da justiça, da honra, da religião, etc., uma vez que prevalecendo a paz, todos esses valores prosperam. Sem a paz não há como pensar acerca das outras necessidades civis, pois no momento da guerra quem prevalece são a violência e o desprezo e o descaso em face a dignidade humana.

Terceira justificativa: a guerra é um mal (não se diz se maior ou menor, e não se faz mais uma comparação com qualquer outro valor) e é um mal necessário. Necessário porque sem guerra não há progresso, não há desenvolvimento histórico. A história avança por afirmação e negações: se não houvesse a negação, tampouco haveria a afirmação. É a concepção dialética da história, ou então a concepção da guerra como mola do progresso (BOBBIO, 1961, p.176).

Bobbio incita à reflexão sobre a dicotomia entre progresso e retrocesso decorrentes da guerra, sugerindo que, embora possa haver ocasionais avanços após conflitos bélicos, a devastação inerente à guerra frequentemente impede a apreensão clara de tais progressos. A incerteza prevalece quanto ao curso da história humana sem a influência de inúmeros conflitos armados, e Bobbio pondera sobre a falta de oportunidade para comparar o progresso histórico através da paz, uma via menos frequentada, com o progresso histórico através das guerras, enfatizando o imperativo de considerar alternativas à guerra para uma compreensão mais abrangente da evolução da humanidade (BOBBIO, 1961, p.178).

As guerras podem e devem ser evitadas. Bobbio instiga com vários questionamentos sobre como poderia ser a história da humanidade caso não tivesse acontecido as guerras, isto significa dizer, que, por mais que não seja possível modificar o passado, ainda há como evitar as futuras guerras.

Quarta justificativa: a guerra não é nem um bem nem um mal. É um fato. Sendo um fato, é aquilo que é. Não se discute: aceita-se. Faz parte do nosso destino ou, se preferirmos, dos desígnios da providência. [...] se a guerra é inevitável, nada podemos fazer contra ela. Talvez possamos não provocá-la, mas quando ela eclode, por razões imprevisíveis e insondáveis, é preciso cumprir o próprio dever. Refletimos sobre esta frase: cumprir o próprio dever. Cumprir o próprio dever significa, neste contexto, aceitar o próprio destino, aceitar a condenação de sermos homens (BOBBIO, 1961, p.177).

Em contra-argumento, emerge a perspectiva de que a guerra não deve ser encarada como um fenômeno inevitável, mas sim como uma manifestação condicionada por nossa capacidade de domínio sobre paixões, nossa habilidade em conciliar interesses conflitantes e nossa capacidade de corrigir e restringir instintos violentos. Bobbio lança um desafio crucial ao questionar por que a guerra entre Estados deve persistir, se somos capazes de eliminar conflitos em escalas menores, como entre indivíduos e cidades. Ele sublinha a importância de não presumir a inevitabilidade da guerra com base em sua ocorrência histórica, questionando a validade dessa inferência e convocando uma análise crítica sobre as bases que sustentam tal suposição. Este apelo à reflexão enfatiza a responsabilidade da humanidade em explorar alternativas à guerra e reafirma a capacidade da ação humana em influenciar o curso dos eventos históricos (BOBBIO, 1961, p.178).

A guerra é evitável, basta ter consciência do mal que ela causa, isto é, a violência e barbárie resultados dela. Deve-se ter controle consciente sobre os instintos, os interesses, as paixões, etc., melhor dizendo, sobre tudo aquilo que traz a sensação de que a guerra é boa, tendo em vista que ela não é. A história das guerras oferece provas que os resultados são bárbaros, violentos, mortíferos e destrutivos. Colapsa a sociedade! Por mais otimista que possa parecer a declaração de que fato de sempre ter existido guerras não significa que deverá acontecer, desafia a ideia de que a guerra é uma inevitabilidade histórica. Esse argumento sugere que a história humana não deve ser encarada como um determinismo inexorável rumo ao conflito armado, mas sim como um campo de possibilidades moldado pelas escolhas e ações humanas.

Bobbio está questionando a lógica de extrair conclusões universais sobre o futuro com base na história passada. A mera presença de guerras ao longo da história não implica que elas sejam invariavelmente uma característica permanente da condição humana. Isso nos leva a uma reflexão profunda sobre a responsabilidade e a capacidade da humanidade em moldar seu próprio destino.

Esse argumento de Bobbio ressalta a importância da ação consciente e da busca por alternativas à guerra, bem como a necessidade de não aceitar a violência como um destino inevitável. É um apelo à esperança e à transformação positiva da sociedade, desafiando a crença de que as guerras são eternas e reafirmando a capacidade da humanidade de escolher caminhos de paz e cooperação.

Por último, mas não menos importante, apresenta-se justificativas contrárias as guerras atômicas. Bobbio é defensor da paz, sendo assim, contrário a qualquer modalidade de violência. Quando o filósofo percebeu o potencial destrutivo das guerras atômicas, ele começou a escrever sobre o assunto em prol da objeção de consciência.

Primeiro: diante da possível catástrofe atômica, não há mais guerras justas e injustas. Uma guerra, qualquer que seja, que pode provocar o desaparecimento da vida na terra, é injusta. Segundo: é simplesmente estúpido considerar a guerra que pode ter tal consequência um mal menor: não há alternativas possíveis. Diante das guerras do passado, ainda pode fazer sentido falar de alternativas entre a paz e a liberdade, entre a paz e a justiça, entre a paz e a honra. Mas, diante da guerra atômica, qual alternativa poderia ainda ser concebida? Ou a liberdade ou o suicídio universal? Quem se beneficiaria dessa liberdade? Terceiro: a guerra não pode mais ser considerada como um mal necessário, como instrumento do bem. Que bem, se de depois não há mais nada? A guerra atômica não é um meio para alcançar alguma outra coisa, mas um fim, ou melhor, é o fim. Quarto: a guerra não pode mais ser considerada como um fato inevitável, a menos que se aceite como fato inevitável (atentem, inevitável) a autodestruição do homem (BOBBIO, 1961, p.179).

Os argumentos de Bobbio mergulham profundamente nas implicações filosóficas da ameaça nuclear, desafiando premissas arraigadas sobre a guerra e a moralidade humana. Ao destacar a compatibilidade entre a guerra e a catástrofe atômica, ele nega qualquer distinção entre guerras justas e injustas quando a aniquilação da vida na Terra está em jogo. Isso nos força a questionar a própria ideia de justiça em contextos apocalípticos. Além disso, Bobbio nos adverte contra a simplificação de considerar a guerra nuclear como um mal menor, pois não há alternativas realistas quando a autodestruição é iminente. Isso nos leva a refletir sobre a racionalidade da escolha em face da inevitabilidade do suicídio coletivo, expondo as limitações da filosofia moral tradicional em cenários extremos.

A noção de que a guerra poderia ser um instrumento para alcançar objetivos superiores, não é um argumento forte, uma vez que a guerra atômica é, na verdade, um fim em si mesma, representando a aniquilação suprema. Isso nos leva a questionar a moralidade da guerra e a própria natureza da busca por objetivos em um mundo ameaçado pela destruição total. Por fim, Bobbio nos confronta com a ideia de que a guerra é inevitável, a menos que aceitemos a autodestruição humana como inevitável. Isso nos leva a uma reflexão profunda sobre o livre-arbítrio humano, a capacidade de escolher a paz sobre a guerra e a responsabilidade da humanidade em prevenir seu próprio desaparecimento.

Desta forma, os argumentos de Bobbio nos desafiam a reconsiderar a ética da guerra em um contexto nuclear, questionando as bases morais, políticas e existenciais que sustentam a persistência da violência armada em um mundo à beira do abismo. Sendo assim, a guerra é um mal absoluto por si mesma, não se deve tentar justificá-la, como tentaram fazer durante toda a história da humanidade, mas

objetar conscientemente, em virtude da consciência atômica e, por conseguinte, da proteção à vida.

Considerações críticas sobre a objeção de consciência

1) A primeira argumentação contrária a tese pacifista de Bobbio considera o argumento do livro *The Law of People* de Rawls. Rawls começa por discutir uma concepção ideal do Direito dos Povos para a Sociedade de Povos bem ordenados, isto é, povos liberais e decentes. Essa concepção é para orientar esses povos em sua conduta mútua e na concepção de instituições comuns. Também guia a relação com os povos não bem ordenados.

No entanto, ele destaca a necessidade de se considerar uma teoria não-ideal, a qual é marcada por grandes injustiças e males sociais. A teoria não ideal examina como os povos bem-ordenados devem agir em relação aos povos não bem-ordenados, tendo em vista o objetivo de um mundo em que todos os povos possam aceitar o Direito dos Povos. Neste contexto, Rawls identifica dois tipos de teoria não-ideal. A primeira lida com a *não-aquiescência*, ou seja, regimes que se recusam a cumprir um Direito dos Povos razoável e que enxergam a guerra como meio de avançar seus interesses racionais (não razoáveis). Esses são chamados por Rawls de Estados fora da lei. O segundo tipo lida com condições desfavoráveis, onde circunstâncias históricas, sociais e econômicas tornam difícil, senão impossível, alcançar um regime bem ordenado. Essas sociedades são chamadas de sociedades oneradas (RAWLS, 2000, §13.1)

Para nosso intento crítico contra Bobbio, vamos nos ater à teoria não-ideal de *não-aquiescência*, ou seja, vamos nos preocupar com os Estados fora da lei. No cerne de sua argumentação, Rawls rejeita a ideia de que um Estado tem o direito de guerrear em busca de seus interesses racionais, como poder, riqueza ou recursos naturais. Contudo, ele atribui a todos os povos bem ordenados, tanto liberais quanto decentes, o direito de guerra em legítima defesa.

Ao considerar a sociedade liberal, Rawls enfatiza que a guerra em legítima defesa é justificada para proteger e preservar as liberdades básicas dos cidadãos e as instituições políticas democraticamente constitucionais. A sociedade liberal não pode justamente exigir que seus cidadãos lutem por razões econômicas ou imperialistas. A significação especial do governo constitucional liberal reside na capacidade dos cidadãos expressarem sua concepção da sociedade e agirem em sua defesa através da razão pública. Rawls também enfatiza a autonomia política e cívica dos cidadãos e o papel das instituições liberais em proteger os interesses de ordem superior dos cidadãos dentro de um quadro razoavelmente justo.

Em contrapartida, os povos decentes, que podem ter estruturas hierárquicas e diferentes concepções de vida, também têm direito à guerra em legítima defesa. Rawls usa o exemplo imaginário de *Kazanistan* para ilustrar uma sociedade decente que respeita diferentes crenças e honra os direitos humanos. Mesmo um *absolutismo benevolente*, que respeita e honra os direitos humanos, mas não concede aos seus membros um papel significativo na tomada de decisões políticas, teria esse direito (RAWLS, 2000, §13.2).

A profundidade da análise de Rawls sobre o direito à guerra em legítima defesa transcende o simples reconhecimento desse direito. Ele traça uma ligação profunda entre a natureza da sociedade, seja liberal ou decente, e as justificativas éticas para a guerra. A guerra, na visão de Rawls, não pode ser um instrumento para

a promoção dos interesses do Estado, mas sim um último recurso para defender os valores fundamentais que sustentam uma sociedade justa e ordenada.

Neste sentido, a crítica à concepção de Bobbio acerca da ilegitimidade da guerra de legítima defesa, incluindo a comparação do seu pacifismo com a instrução de Jesus para *oferecer a outra face*, merece uma análise. De fato, a posição dele pode ser interpretada como idealista, particularmente quando avaliada em contraposição às teorias de defesa estatal e soberania que afirmam a necessidade da guerra de autodefesa. Assim, ao rejeitar categoricamente a guerra de legítima defesa, Bobbio corre o risco de oferecer uma teoria ética que pode parecer desconectada das realidades políticas e geopolíticas. Isso não diminui a importância moral do pacifismo de Bobbio, mas sugere a necessidade de uma reflexão mais nuançada sobre os limites e possibilidades do pacifismo em um mundo onde o realismo político ainda desempenha um papel central entre os *players* nas relações internacionais.

A defesa de Bobbio de uma renúncia incondicional à violência, portanto, pode ser vista como uma expressão nobre de um ideal ético, mas sua aplicação prática pode ser questionada em face das complexidades do poder, da soberania e da autoafirmação no sistema internacional. A dialética entre a ética pacifista e a *Realpolitik* exige um engajamento contínuo e crítico, onde o idealismo moral e o pragmatismo político devem ser constantemente reavaliados e sintetizados.

2) A segunda crítica dirige-se a crença bobbiana na objeção de consciência como fonte suficiente para o desencorajamento dos Estados entrarem em guerra. A objeção de consciência como exposta por Bobbio, que ressoa profundamente no campo moral e assume uma postura crítica ante a tecnologia atômica, deve ser colocada sob escrutínio. Embora esse conceito possua méritos indiscutíveis na preservação da integridade moral e na resistência à violência desmedida, revela-se como potencialmente insuficiente quando confrontado com as realidades geopolíticas e ideológicas de regimes *não democráticos*.

Neste sentido, o pensamento de Arendt, particularmente sua análise incisiva do domínio totalitário, serve como uma lente crítica para examinar e, de certa forma, desafiar o idealismo kantiano da abordagem de Bobbio. Arendt nos oferece uma visão sombria, na qual o totalitarismo “visa à abolição da liberdade e até mesmo à eliminação de toda espontaneidade humana e não a simples restrição, por mais tirânica que seja, da liberdade” (ARENDR, 1989, p.454).

Considerado isso, a mera objeção de consciência torna-se um fantasma, uma quimera inalcançável. Em um regime que “não permite a livre iniciativa em qualquer campo de ação, nem qualquer atividade que não seja inteiramente previsível” (ARENDR, 1989, p.388), a possibilidade de resistência ética individual é sufocada. Em vez de uma esfera pública na qual o diálogo crítico e a oposição moral possam florescer, Estados não democráticos buscam aniquilar a individualidade, persegui-la “em suas formas mais peculiares, por mais apolíticas e inocentes que sejam” (ARENDR, 1989, p.506).

A análise de Arendt transcende, portanto, a perspectiva de Bobbio, apontando para uma realidade mais obscura, na qual a moralidade de objeção de consciência é uma luxúria impotente diante da maquinaria opressiva de um Estado totalitário. As palavras de Arendt ecoam como um aviso sombrio: “O livre consentimento é um obstáculo ao domínio total, como o é a livre oposição. A prisão arbitrária que escolhe pessoas inocentes destrói a validade do livre consentimento, da mesma forma como a tortura destrói a possibilidade da oposição” (ARENDR,

1989, p.501). A crítica de Bobbio à guerra atômica e sua defesa da objeção de consciência, apesar de nobre e profundamente humana, pode ser interpretada como ingênua ou simplista no contexto de regimes que buscam nada menos que a aniquilação da individualidade e da espontaneidade humana.

3) Além disso, a concepção bobbiana de objeção de consciência pode ser vista como ancorada em uma epistemologia da consciência que pode não encontrar ressonância em todas as culturas ou sistemas políticos. Neste sentido, poderia negligenciar as abordagens comunitaristas, a qual desafia a ideia de uma consciência autônoma e universal, destacando que a identidade e a consciência são formadas dentro de um contexto histórico e cultural específico. A ideia de que a consciência é uma instância autônoma e transcendente seria, assim, uma construção particular da tradição ocidental, não necessariamente aplicável ou aceitável em outros contextos (BRESOLIN; SANCHES, 2022, p.5-8).

4) Para finalizar, a noção de consciência como uma instância autônoma está profundamente enraizada na tradição ocidental. Ademais, a ideia de objeção de consciência como um apelo universal à humanidade pode ser desafiada pela análise crítica da teoria pós-colonial. Autores como Said, em *Orientalismo*, têm mostrado como as categorias universais podem ser, na realidade, manifestações de um particularismo ocidental disfarçado já que “a relação entre o Ocidente e o oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variados de uma complexa hegemonia” (SAID, 1990, p.15).

Considerações finais

A análise revela as distintas perspectivas de Bobbio em comparação com os filósofos Rawls e Arendt. Bobbio apresenta alternativas éticas e pacifistas que se distanciam das abordagens de outros pensadores, e essas alternativas podem ser consideradas idealistas quando aplicadas à realidade contemporânea. Ele acreditava que a divulgação do conhecimento histórico sobre os resultados das guerras, bem como a conscientização da gravidade das consequências nucleares, poderia levar à formação de uma "consciência atômica". Essa consciência implicaria a capacidade de refletir sobre o potencial destrutivo das armas tecnológicas, com a consciência de que, em uma possível Terceira Guerra Mundial, a utilização dessas armas não poderia ser descartada. Isso ocorre porque, no início de um conflito, é impossível prever as proporções que ele poderá atingir. Portanto, Bobbio enfatiza a importância da educação e da conscientização sobre as consequências devastadoras da guerra nuclear como um meio de promover a paz e a prevenção de conflitos destrutivos.

A consciência atômica, como proposta por Norberto Bobbio, implica na capacidade crítica de empregar a esfera pública como um meio de objeção de consciência, especialmente em relação à guerra com potencial escalonamento atômico. Essa conscientização não apenas permite a reflexão profunda sobre as implicações devastadoras da guerra nuclear, mas também capacita os indivíduos a se posicionarem ativamente contra esse tipo de conflito por meio do engajamento público e da manifestação de suas objeções fundamentadas. Isso demonstra a importância da conscientização e da ação pública como contramedidas à escalada do conflito e reforça o compromisso com a promoção da paz e da prevenção de desastres nucleares.

A distinção entre as perspectivas de Rawls e Bobbio sobre as guerras de legítima defesa é notável. Rawls argumenta que, ao contrário de Bobbio, as guerras de legítima defesa, em um contexto não-ideal, podem ser vistas como um último recurso para proteger os valores fundamentais que sustentam a ordem e a justiça de uma sociedade. Para Rawls, em situações em que esses valores estão em perigo, a guerra pode ser justificada como um meio de preservá-los. Por outro lado, Bobbio sustenta uma visão contrária, afirmando que não existem justificativas que expliquem um país utilizando a legítima defesa como pretexto para perpetuar mais violência. Ele parece desconfiar das alegações de legítima defesa como uma máscara para a expansão de conflitos, enfatizando a importância de buscar alternativas não violentas para a resolução de disputas.

As perspectivas de Bobbio e Arendt sobre a objeção de consciência lançam luz sobre abordagens distintas em relação à resistência ética e à liberdade em contextos políticos desafiadores. Bobbio argumenta que a objeção de consciência deve ser adotada universalmente, sendo um apelo direcionado a toda a humanidade em seu nível mais fundamental. Ele busca incitar a consciência humana, a razão e a moralidade como alicerces para a objeção de consciência. No entanto, ele reconhece que este é um desafio constante, especialmente em um mundo caracterizado por problemas cada vez mais complexos que demandam soluções éticas. Vale notar que Bobbio parece pressupor a presença de um contexto democrático como pano de fundo para sua abordagem.

Por outro lado, Arendt oferece uma perspectiva diferente, alegando que a objeção de consciência pode não ser uma opção viável quando um regime político suprime a liberdade em todos os aspectos da vida e remove qualquer possibilidade de resistência ética. Ela ressalta a gravidade da opressão totalitária, onde a resistência se torna extremamente difícil, senão impossível, devido à natureza abrangente do controle estatal sobre a vida dos indivíduos.

A condição de objetor de consciência assume uma importância significativa tanto antes quanto durante a eclosão de um conflito armado. Ser um objetor de consciência implica na recusa veemente de aceitar qualquer justificativa que busque legitimar os atos violentos inerentes a uma guerra. Em outras palavras, se alguém não está disposto a participar ativamente desse conflito, a objeção de consciência se apresenta como um dever moral. Isso se torna ainda mais crucial diante da constante ameaça do escalonamento nuclear, que poderia resultar no suicídio coletivo da humanidade. Bobbio, portanto, enfatiza a necessidade premente de resistir a qualquer forma de participação em um conflito destrutivo e apela à consciência como guardiã da ética e da preservação da vida humana.

Pode-se afirmar que a objeção de consciência constitui um dever moral fundamentado na preservação da humanidade. Contudo, apesar da validade e nobreza da proposta de Bobbio, do ponto de vista prático, ela implica em pressupostos substanciais. Primeiramente, requer a existência de um estado democrático com uma esfera pública altamente desenvolvida capaz de eficazmente acolher as demandas individuais. Além disso, presume a presença de uma coletividade de indivíduos esclarecidos acerca das atrocidades da guerra, resultando em uma ampla adesão à objeção de consciência. Adicionalmente, supõe a existência de um estado com instituições robustas que possam equilibrar o poder de tal forma que a decisão de empreender uma guerra não seja exclusivamente uma questão de motivação pessoal ou interesse econômico.

Nesse contexto, torna-se evidente a necessidade de não apenas sermos objetores de consciência, mas também de fortalecer as relações internacionais por meio de instituições internacionais. Isso implica na cooperação com aqueles estados que aderem ao sistema internacional, enquanto adotamos uma abordagem realista em relação aos estados que permanecem fora desse sistema. Em última análise, essa abordagem pragmática reconhece que a política internacional muitas vezes demanda estratégias realistas para a manutenção da paz, complementando a aspiração ética da objeção de consciência com medidas concretas que visam à preservação da estabilidade e da segurança global.

Referências bibliográficas

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BRESOLIN, Keberson; SANCHES, Vitor Elias. Comunitarismo: uma abordagem teórica e um estudo de caso. *Conjectura: Filos. Educ.* v. 27, 2022. Caxias do Sul. e022035.

BOBBIO, Norberto. *A paz: O conceito, o problema, o ideal*. In: BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo; VERSIANI, Daniela Beccaccia. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 509-543.

BOBBIO, Norberto. *Não Matar (1961)*. In: BOBBIO, Norberto. *O terceiro ausente: ensaios e discursos sobre a paz e a guerra*. Tradução Daniela Beccaccia Versiani; organizador Pietro Polito; prefácio à edição brasileira Celso Lafer. Barueri, SP, Manoele, 2009.

BOBBIO, Norberto. *O problema da guerra e as vias de paz*. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo. Editora UNESP, 2003.

BOBBIO, Norberto. Paz. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Niccola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varrialle et al. 11. Ed. Brasília, DF: UnB, 1992. v. 2. p. 910-916.

CARINHENO, Gabrielle C. *Norberto Bobbio: do Sistema Internacional à teoria da Guerra e da Paz*. Aurora, Marília, v.12, p. 177-188, 2019. Edição Especial.

CARVALHO, Joaquim Francisco de. *A gênese da bomba*. estudos avançados 29 (84), 2015.

LOSANO, Mario G. *Norberto Bobbio: uma biografia cultura*. Traduzido por Erica Salatini, Gesualdo Maffia. São Paulo: Editora Unesp; Instituto Norberto Bobbio, 2022.

RAWLS, John. *The law of peoples: with, The idea of public reason revisited*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Recebido em: 09/2023
Aprovado em: 11/2023